

Alunos exercitam a democracia em escola pública de Curitiba

Curitiba — Churiti Kawanura

Martha Feldens

CURITIBA — Os quase dois mil alunos da escola estadual de primeiro e segundo graus Loureiro Fernandes, no bairro Juveve, em Curitiba, vêm tendo, nas últimas semanas, uma tarefa especial: lixar muros e paredes de sala de aula que eles mesmos picharam. A tarefa não é resultado da ordem do diretor ou de qualquer professor da escola, mas da decisão comum das turmas que, numa atitude inédita nas escolas paranaenses, havia decidido, também, no ano passado, fazer as pichações. Com o aval da direção da escola, que tenta adotar uma prática democrática, mesmo bitolada pelas normas da Secretaria Estadual de Educação, os alunos participam das decisões na escola, têm liberdade dentro e fora da sala de aula e têm direito a vetar professores.

A decisão de limpar os muros e paredes pichadas foi, segundo o diretor da escola, Vicente Ataíde, uma decisão amadurecida, resultante de um processo de aprendizagem e amadurecimento.

Como neste caso, onde houve grande celeuma entre os professores e até alguns pais, a maioria das "liberdades" implantadas pela direção é recebida com alguma desconfiança no início, para logo se incorporarem ao dia-a-dia da escola. Foi assim, também, com a escolha do uniforme escolar. Quando assumiu a direção no ano passado, a escola não exigia uniforme, mas os próprios alunos acharam melhor usá-lo. "Eu sou contra, mas tive que me render", conta o diretor. Como foram os alunos que decidiram usá-lo, Ataíde achou mais correto que eles mesmos criasssem o design do uniforme. Daí surgiu um agasalho verde e preto, que já serve para a prática de esportes.

Mais do que em assuntos materiais, os alunos podem participar diretamente do processo de escolha dos professores. Se um professor não satisfaz, por motivos que os próprios alunos precisam expor e justificar, ele pode ser trocado de turma. Assim como, ao contrário, quando algum professor está por ser removido, as turmas podem solicitar sua permanência. Foi o que aconteceu na semana passada com a professora Nelma Machado Fernandes, que leciona Química no segundo grau. Ela seria trocada de turma, mas os alunos do segundo ano



No Loureiro Fernandes os alunos mandam e estudam

propedêutico fizeram um pedido em massa à direção para mantê-la e ela ficou.

Os alunos, por seu lado, acabam apoiando os professores nos seus próprios movimentos. No ano passado, quando os 90 professores da escola decidiram aderir à greve do magistério estadual, os estudantes foram às ruas, em passeata, em apoio ao movimento. Por outro lado, quando o diretor, graças à greve, foi suspenso pelo governador Álvaro Dias, eles foram à Secretaria de Educação pedir sua volta à direção.

Todas essas novidades, que às vezes ainda chocam até mesmo os professores, ainda não podem ter seus reflexos medidos, no que tange ao desempenho dos alunos na aprendizagem do currículo formal, mas já se refletem claramente na frequência escolar. A evasão, já no ano passado, praticamente não existiu. E, neste ano, a escola vem aumentando seu número de matrículas. "Os alunos gostam de estudar aqui. A escola deve ser

fonte de prazer, e é isto que nós tentamos fazer aqui", gaba-se o diretor.

De fato, entre os estudantes, a opinião sobre a escola é uma só: "É ótima, do melhor que todas as escolas por que passei." Alguns ainda têm dificuldade pra assimilar essa rotina mais livre: "Só acho que a escola é um pouco desorganizada. Esse negócio de pichar muros ainda é estranho", confessa Eliane Stassmann, de 15 anos, aluna do segundo grau. Já entre os pequenos, não há qualquer queixa. Ferrucio Rosie Rossi, 11 anos, aluno da quinta série, diz que gosta "de tudo, do diretor, dos professores, do coral e de poder andar por aí". Esse "andar por aí" é bastante simples: a escola tem seus portões abertos e os alunos não têm espaços vetados. Tudo é deles, com o cuidado, apenas, de não interferir no desenvolvimento dos trabalhos. No segundo grau, os alunos têm liberdade para sair da aula se não quiserem permanecer até o final. A escola, porém, por exigência burocrática, exige a frequência mínima de 75 por cento.